

Todos aos atos do dia 23: exigir a revisão salarial sem perda de direitos

Manifestações com paralisações no dia 23 vão pressionar os tribunais superiores a negociar as reivindicações dos servidores e a enviar projeto ao Congresso

Os servidores do Judiciário Federal têm um compromisso com a luta pela revisão salarial sem perda de direitos no dia 23 de setembro. É nesta data que acontecerá o Dia Nacional de Lutas com paralisações da categoria, aprovada por consenso na última reunião ampliada da federação (Fenajufe).

O prazo orçamentário para envio ao Congresso Nacional de projeto de lei que revise o Plano de Cargos e Salários já passou (o que pode ser resolvido com verbas suplementares) e, até agora, o máximo que as administrações dos tribunais superiores apresentaram foi uma proposta de revisão salarial cheia de armadilhas para a categoria:

que inverte a composição salarial, fazendo o contracheque ganhar dois terços de gratificações contra apenas um de vencimento básico; que quebra a paridade e a isonomia entre ativos e aposentados; que pode abrir caminho para introdução de avaliações de desempenho punitivas, que no futuro próximo podem significar a redução salarial e até demissões.

A investida das administrações e do governo nesse campo são nítidas.



Servidores do Judiciário, em greve, em manifestação nacional em Brasília, em 2006, na conquista do PCS: como das outras vezes, só a mobilização pode fazer os tribunais mudarem o projeto e enviá-lo ao Congresso

Seja nas resoluções do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece metas de produtividade e, posteriormente, tenta aumentar a jornada de trabalho dos servidores, seja nos planos de cargos impostos pelo Planalto a inúmeras categorias do Executivo, nas quais a gratificação variável e subordinada a avaliações subjetivas está presente.

É preciso sim lutar para garantir a revisão salarial e derrubar a ameaça

de congelamento da remuneração. Mas é preciso também exigir do STF, que até agora só enviou o projeto que aumenta os salários dos juízes, mudanças na proposta que atendam as reivindicações dos servidores e afastem as armadilhas e os riscos contidos no atual projeto.

Todos às mobilizações do dia 23. Sem luta, sem manifestação, sem pressão objetiva sobre os tribunais, não haverá revisão salarial.

O QUE ESTÁ POR TRÁS DA PROPOSTA DOS TRIBUNAIS

É possível forçar tribunais a mudar proposta e enviá-la ao Congresso

Como está, projeto traz armadilhas como o fim da paridade e isonomia, excessiva conversão do contracheque em gratificações, discrimina agentes de segurança e abre caminho para avaliações punitivas

Por trás da tentação de um possível reajuste salarial, armadilhas. Assim é a proposta de revisão salarial dos tribunais superiores. Ela mexe com a base da remuneração dos servidores, reduzindo a participação do vencimento básico e jogando nas alturas o peso das gratificações.

Há quem diga que isso não tem relevância. Mas se não tem, por que as administrações insistem em modificar a atual estrutura do contracheque?. Observar outros setores do funcionalismo ajuda a entender o que se passa.

Nos últimos dez anos, a remuneração de diversas categorias foi paulatinamente convertida de vencimento básico ou de gratificações vinculadas a este para gratificações ligadas à produtividade e à avaliação de desempenho.

Foi assim que os servidores da Previdência, por exemplo, passaram a ter 70% da remuneração em gratificação variável, sujeita a avaliações periódicas de desempenho feitas pelo chefe imediato ou controladas pela administração. Os aposentados recebem apenas 50% da gratificação.

A relação entre a nova gratificação que os tribunais querem criar, a GPT (Gratificação de Gestão de Processos de Trabalho), e o cumprimento de metas e a produtividade, sugerida na própria denominação, torna-se evidente diante do conteúdo da Resolução 70/2009, do CNJ. Ela estabelece metas a serem cumpridas pelo Judiciário. Reforça tal tese o fato de o diretor geral do STF já ter dito, segundo dirigentes da federação, que não aceita mexer na GTP.



É possível mudar o projeto com o mesmo orçamento

Mas o projeto pode sim ser modificado com facilidade pelos tribunais, sem aumento da previsão orçamentária. Basta vontade política de redirecionar os recursos das gratificações para o vencimento básico. Se não fazem prontamente isso, é porque aí tem truta.

É por isso que o Luta Fenajufe está defendendo, em respeito às decisões aprovadas na plenária estatutária e na reunião ampliada de agosto, colocar a mobilização nas ruas para exigir que o projeto de lei seja enviado com urgência e com as modificações para o Congresso Nacional.

Como observou o servidor Claudio Klein, da direção da federação e

do Luta Fenajufe, na última reunião ampliada, não se pode agir como o rato que, atraído pelo queijo, entra irracionalmente na ratoeira que o levará ao trágico fim. Ele afirmou que a disputa no Congresso Nacional é mais difícil do que no Judiciário. “É mais fácil mudar o projeto dentro de nossa casa, pressionando os tribunais”, disse, lembrando que as mudanças nos demais planos de cargos ocorridas no Legislativo pioraram a vida do servidor.

“Vamos à luta desde já para mudar esse projeto e colocá-lo no Congresso Nacional”, defendeu Paulo Rios, também diretor da federação e coordenador do Luta Fenajufe.

Setor majoritário da Fenajufe atropela democracia e facilita projeto dos tribunais

Decisões dos fóruns têm que ser respeitadas; fracasso das negociações sem mobilização mostra que só com luta haverá revisão salarial

A decisão, por nove votos a oito, da diretoria colegiada da Fenajufe de transformar a última reunião ampliada nacional em apenas consultiva, sem poder de decisão, gerou muitos protestos nos sindicatos estaduais. Além de um ataque à democracia, a medida esvaziou a reunião e desmobilizou a convocação das assembleias que iriam eleger os delegados para representar os servidores na atividade.

Com o desrespeito frequente do setor majoritário na Fenajufe, ligado à CUT e ao governo, aos fóruns deliberativos e democráticos da categoria, eles traçam uma política que facilita a vida das administrações dos tribunais para aplicar seus projetos.

Dever da federação é pressionar tribunais

Essa prática levou os representantes da federação e do Sindjus-DF, Ramiro e Policarpo, a abandonar, sem consulta prévia à categoria, a proposta de plano de carreira, ainda numa incipiente mesa de negociação. A proposta de plano de carreira havia sido construída após dois anos de estudos e debates envolvendo os 31 sindicatos da federação.



Logo depois, também abandonam as resoluções da reunião ampliada de agosto, que aprovou como prioridade lutar por um projeto de revisão salarial que não resulte em perda de direitos para os servidores.

Agora, decidem que o único fórum nacional deliberativo da categoria, até o congresso nacional de 2010, será a reunião da diretoria, onde aprovaram tal medida por um voto de diferença.

São métodos e práticas que massacram a democracia e desrespeitam servidores que se dedicam à construir

as lutas da categoria. Mas são também ações que ajudam às administrações dos tribunais e ao governo a impor seus projetos.

Administrações que, até agora, só agiram para aumentar a jornada de trabalho, criar metas que sobrecarregam os servidores, priorizar o projeto salarial dos juízes (e engavetar o dos servidores para “não atrapalhar”), direcionar sobras orçamentárias para pagar apenas passivos de magistrados (caso do TRT), e apresentar uma proposta que discrimina, divide e esconde armadilhas contra os servidores.

Compare a nossa proposta de tabela salarial com a dos tribunais superiores

Com o mesmo orçamento é possível defender uma tabela que valorize o vencimento básico e não as gratificações; abaixo, o comparativo das propostas sobre o primeiro e o último padrão de cada cargo.

Cargo	Clas./Pad.	Proposta DG's					Nossa Proposta		
		Venc.	Venc.+15%	GAJ 100%	GPT+35%	TOTAL	VB	GAJ+50%	TOTAL
Analista	C - 15	6.957,41	8.001,02	8.001,02	2.800,36	18.802,40	12.534,93	6.267,47	18.802,40
	A - 01	4.367,68	5.022,83	5.022,83	1.757,99	11.803,66	7.869,11	3.934,55	11.803,66
Técnico	C - 15	4.240,47	4.876,54	4.876,54	1.706,79	11.459,87	7.639,91	3.819,95	11.459,87
	A - 01	2.662,06	3.061,36	3.061,36	1.071,48	7.194,20	4.796,14	2.398,07	7.194,20
Auxiliar	C - 15	2.511,37	2.888,08	2.888,08	1.010,83	6.786,98	4.524,66	2.262,33	6.786,98
	A - 01	1.325,46	1.524,28	1.524,28	533,50	3.582,05	2.388,03	1.194,02	3.582,05

Defender a jornada de 6h contra a resolução do CNJ

Resolução do CNJ, ligada a metas e produtividade, tenta aumentar exploração dos trabalhadores do Judiciário

Da distribuição do processo até a aprovação pelo Conselho Nacional de Justiça decorreram oito dias. Por coincidência, número igual ao de horas diárias de trabalho que o CNJ quer impor a todos os servidores do Judiciário no país. Na contramão das campanhas pela redução da jornada de trabalho e de projeto de emenda constitucional que tramita no Congresso Nacional, o conselho aprovou com rapidez surpreendente resolução que na prática aumenta a jornada de parcela considerável da categoria.

A resolução de número 88 foi publicada no dia 17 de setembro. Mas o seu conteúdo fora revelado no portal do CNJ na internet logo após ser aprovada. O movimento Luta Fenajufe convoca a categoria a reagir a mais esta medida que ataca os servidores e a defender que não haja aumento de jornada em nenhum local de trabalho.

A resolução determina que doravante todos os tribunais se adaptem à nova jornada, de 8 horas diárias



Alexandre Magnus, que participa do Luta Fenajufe, defende, na reunião ampliada, a luta contra o aumento da jornada e em defesa das 6h sem redução de salários

ou 7 horas corridas, neste caso sem intervalo para almoço. A realização de horas extras também é dificultada para quem trabalhe 7 horas contínuas.

A decisão do CJN foi recebida com indignação. “Foi sem nenhum avi-

so, foi distribuído no dia 31 [de agosto] e, na calada da noite, sem comunicar os representantes dos servidores, o projeto foi aprovado no dia 8 de setembro”, diz Alexandre Magnus, diretor do sindicato de Minas (Sitraemg).

Aumento de jornada está ligado a metas de produtividade, afirmam servidores

Diretor da Fenajufe, o servidor Antônio Melquíades afirma que a medida aumenta a exploração e está ligada a metas de produtividade. “Por trás disso tem todo um processo de gestão do trabalho, com produtividade, com certeza”, diz. “O avanço tecnológico aumentou a intensidade do trabalho, o ritmo está cada vez mais acelerado, a tecnologia está explorando cada vez mais os trabalhadores”, constata.

A repercussão foi imediata e nacional. O sindicato do Mato Grosso (Sindijufe-MT) publicou texto no qual aponta que a resolução quebra a auto-

nomia dos tribunais: “Diga-se que se um tribunal que não tiver autonomia para impor a sua jornada de trabalho pode fechar as portas”.

“A meta número um dos tribunais é aumentar o salário dos juízes, a meta dois é aumentar o nosso trabalho”, observa a servidora Ana Luiza, dirigente do sindicato de São Paulo (Sintrajud) e da coordenação do movimento Luta Fenajufe, fazendo uma relação entre a medida e as metas para o Judiciário contidas na Resolução 70 do CNJ.

Também na avaliação de Alexandre Brandi, do Sitraemg, está evidente

a relação entre essa decisão e o conteúdo dessa resolução do CNJ, que traça dez metas para o Judiciário. O crescimento da produtividade, a tentativa de criar gratificações ligadas à gestão e o aumento da jornada são elementos do mesmo projeto que privatiza as relações de trabalho no Judiciário, analisa. “Precisamos convocar a categoria a reagir”, defende.

O Luta Fenajufe propõe que a campanha contra o aumento da jornada e em defesa das 6h, sem redução salarial, seja incorporada aos atos do dia 23 e demais atividades.